



Entre saberes tradicionais, ciência e proibicionismo: contribuições da antropologia para a legitimação do uso da ayahuasca¹

Henrique Fernandes Antunes 

Chacruna Institute for Psychedelic Plant Medicines / Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)

Email: henrique@chacruna.net

Beatriz Caiuby Labate 

Chacruna Institute for Psychedelic Plant Medicines, San Francisco/Graduate Theological Union, Berkeley

Email: bia@chacruna.net

Resumo

Este artigo analisa o papel da antropologia na legitimação e regulamentação do uso da ayahuasca, destacando as relações entre saberes tradicionais, ciência e políticas públicas. Desde a metade do século XX, as ciências sociais vêm explorando as dimensões culturais e sociais do uso de substâncias psicoativas, incluindo a ayahuasca. No Brasil, a produção antropológica foi decisiva para reconhecer o uso religioso da bebida como parte do patrimônio cultural amazônico, além de oferecer subsídios para políticas públicas que asseguraram sua prática como manifestação legítima. O texto também aborda a atuação contemporânea de pesquisadores na crítica a discursos proibicionistas, como o relatório publicado pela Drug Enforcement Agency dos EUA sobre a ayahuasca como um risco para segurança e saúde públicas do país.

Palavras-chave: Antropologia; ayahuasca, regulamentação, legitimação.

¹ O presente relato objetiva apresentar a tradução do artigo “The DEA report on ayahuasca risks: ‘Science’ in service of prohibition?” (Labate et al., 2023), publicada no presente número da Ponto Urbe.

Between traditional knowledge, science and prohibitionism: anthropology's contributions to legitimizing the use of ayahuasca

Abstract

This article analyzes the role of anthropology in legitimizing and regulating the use of ayahuasca, highlighting the relationship between traditional knowledge, science and public policy. Since the mid-20th century, the social sciences have been exploring the cultural and social dimensions of the use of psychoactive substances, including ayahuasca. In Brazil, anthropological production was decisive in recognizing the religious use of the drink as part of the Amazon's cultural heritage, as well as providing subsidies for public policies that ensured its practice as a legitimate manifestation. The text also addresses the contemporary work of researchers in criticizing prohibitionist discourses, such as the report published by the US Drug Enforcement Agency on ayahuasca as a risk to public safety and health in the country.

Keywords: Anthropology; ayahuasca; regulation; legitimization.

A relação entre o uso de plantas psicoativas e as ciências sociais não é recente. Ao contrário, tal temática já se fazia presente, mesmo que de modo marginal, na década de 1950. Os trabalhos inovadores do sociólogo americano Howard Becker (1953, 1963) examinando os mecanismos sociais de controle em torno do uso da maconha tornaram-se referências incontornáveis para o debate sobre psicoativos. Becker argumentava que os processos de aprendizagem levavam usuários a interpretar seus efeitos por meio do prisma social, aprendendo a reconhecer as sensações induzidas pelo consumo da planta como agradáveis e desejáveis. Becker já apontava para a importância dos fatores socioculturais para mitigar os danos causados pelo uso de drogas, fornecendo conhecimentos, habilidades e uma estrutura em torno do uso de psicoativos. Em contrapartida, o sociólogo alertava para os riscos da patologização do uso de drogas e as consequências de sua associação à noção de desvio (Hartogsohn, 2017).

Ainda no final da década de 1950, o antropólogo canadense Anthony F. C. Wallace publicou “Cultural Determinants of Response to Hallucinatory Experience” (Wallace, 1959), explorando o papel das crenças e valores culturais para o uso de alucinógenos. À época, o autor já destacava a grande discrepância na percepção das experiências com plantas psicoativas no que diz respeito à psiquiatria ocidental e às sociedades indígenas. Como Wallace observou, as “alucinações”, consideradas um indicador primordial de doença mental pela medicina ocidental, eram frequentemente valorizadas e consideradas como experiências potencialmente positivas em sociedades tradicionais. O antropólogo estava interessado, sobretudo, nas diferentes formas de percepção e interpretação das experiências com plantas psicoativas, e no modo como elas se manifestam em várias sociedades.

Pouco menos de uma década após essas publicações pioneiras, a temática dos psicoativos ganhou os holofotes das ciências sociais a partir do trabalho do antropólogo *outsider* Carlos Castañeda. A publicação do livro “The Teachings of Don Juan: A Yaqui Way of Knowledge” (Castañeda, 1968) no final da década de 1960 foi um grande marco, excedendo os limites do universo acadêmico e se tornando uma importante referência para o movimento de contracultura que se instaurara nos Estados Unidos. O livro, resultado de sua dissertação de mestrado em antropologia cultural pela University of California, Los Angeles, foi traduzido para o português sob o título “A erva do diabo”, em referência à datura, uma das plantas utilizadas por ele em sua jornada como aprendiz de um feiticeiro.

Na década seguinte, tal relação ganharia contornos mais definidos a partir dos trabalhos de Michael Harner, especialmente a partir da publicação da obra “Hallucinogens and Shamanism” (Harner, 1973) nos anos 1970, a primeira coletânea dedicada a explorar a relação entre o uso de plantas psicoativas e práticas xamânicas em diversas tradições. No caso específico da ayahuasca, outro trabalho pioneiro também data do mesmo período. Trata-se da obra de Marlene Dobkin de Rios (1972) “Visionary Vine: Hallucinogenic Healing in the Peruvian Amazon” sobre o “vegetalismo”, uma modalidade de prática terapêutica popular à base de plantas psicoativas – dentre elas, a ayahuasca –, que envolve cantos e dietas e é característica de populações rurais do Peru e da Colômbia (Labate, 2004).

No Brasil, é notório que o encontro entre a antropologia e o tema dos psicoativos foi inaugurado pelo trabalho de Gilberto Velho ([1975] 1998) nos anos 1970 sobre o uso de drogas entre integrantes da elite carioca. No entanto, a ayahuasca somente se tornou objeto de interesse para a antropologia a partir da década de 1980, com a publicação das primeiras dissertações e estudos antropológicos sobre o uso religioso da ayahuasca na tradição do Santo Daime (Silva, 1983; Couto, 1989; MacRae, 1992). Esses trabalhos inaugurais focavam principalmente nas origens históricas, nas formações socioculturais, bem como nos aspectos rituais e cosmológicos da bebida em um contexto religioso urbano amazônico, servindo de inspiração para uma série de trabalhos acadêmicos posteriores.

De lá para cá, rios de tinta já foram usados por antropólogos dedicados a estudar o uso da ayahuasca em suas mais variadas dimensões, culturais, religiosas, terapêuticas, sociais e legais. No entanto, o intuito desse breve texto não é esmiuçar as diversas facetas do uso da ayahuasca enquanto objeto de estudo da antropologia. Propomos aqui uma nova direção, pensar as contribuições dos antropólogos e da antropologia para os processos de legitimação e regulamentação do uso da ayahuasca, atuando como mediadores entre saberes tradicionais e políticas governamentais nas últimas décadas.

No caso brasileiro, não somente a produção antropológica foi fundamental para prover os argumentos que legitimaram o uso religioso da bebida do país, mas a atuação direta de antropólogos em comissões e grupos de trabalho de órgãos governamentais foi imprescindível para consolidar a percepção pública de que o uso da ayahuasca integrava as heranças históricas e culturais da região amazônica e, de modo mais amplo, da paisagem religiosa brasileira. Não é coincidência que o primeiro relatório governamental extensivo sobre a ayahuasca, elaborado pelo grupo de trabalho instituído pelo extinto Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN), apresenta em sua conclusão uma citação direta da obra “Raça e História” de Lévi-Strauss (Confen, 1987). O recurso à obra clássica do antropólogo representava uma tentativa de apresentar a diversidade cultural em torno da ayahuasca a partir de uma chave política, transformando um possível temor da expansão desenfreada do uso da ayahuasca para os grandes centros urbanos do Brasil em um processo histórico legítimo de trocas entre diferentes culturas (Antunes, 2019).

Na década de 1990, quando o uso da ayahuasca foi reavaliado pelo CONFEN devido a uma denúncia anônima, novamente os antropólogos foram convocados para auxiliar no desenvolvimento de um novo parecer sobre a bebida no país. A assessoria estratégica de especialistas no tema, como os antropólogos Clodomir Monteiro, autor da primeira dissertação no Brasil sobre o Santo Daime, e Edward MacRae, revelou-se fundamental para a crítica do discurso biomédico e do viés farmacológico que circundava o debate até então. Além de contribuir para problematizar a categoria de “alucinógeno”, o discurso antropológico foi básico para o enquadramento das práticas dos grupos ayahuasqueiros como legítimas manifestações culturais que se distanciavam das práticas estigmatizadas atreladas ao uso abusivo de drogas (Confen, 1992).

Vale lembrar que, nesse momento, os primeiros estudos clínicos sobre a ayahuasca estavam sendo concebidos. De fato, a primeira pesquisa biomédica sobre o uso prolongado da ayahuasca só seria realizada no início dos anos 1990, a partir de uma colaboração entre pesquisadores brasileiros, estrangeiros e o Centro Espírita Beneficente União do Vegetal (Labate *et al*, 2008). Assim, boa parte dos argumentos presentes nas primeiras políticas públicas valeu-se em grande medida do conhecimento produzido pela antropologia em torno do uso religioso da ayahuasca, apresentando o uso da bebida como uma prática que integrava comunidades, ao invés de um problema social a ser combatido.

Décadas depois e a milhares de quilômetros de distância, antropólogas e antropólogos tomariam para si mais uma vez a tarefa política de defender o reconhecimento do uso da ayahuasca como uma prática segura e uma legítima manifestação religiosa e cultural. Tal fato ocorreu nos Estados Unidos, em reação à publicação de um relatório da *Drug Enforcement Agency* (DEA) sobre os riscos da ayahuasca. O documento data de julho de 2020, no entanto sua existência apenas se tornou pública em abril de 2021 por meio de uma carta da DEA ao Chacruna Institute for Psychedelic Plant Medicines e à Church of the Eagle and the Condor (CEC) (Leite, 2023). Quase dois anos depois, em fevereiro de 2023, a DEA enviou o relatório aos advogados da CEC. É importante lembrar que o relatório somente foi divulgado devido a dois requerimentos feitos ao Departamento de Justiça pelo Chacruna Institute e a CEC, baseados na lei de acesso a informações do país [*Freedom of Information Act*]. O pedido solicitava o

acesso a todos os registros governamentais referentes à ayahuasca, haja vista que as solicitações não respondidas violavam as leis do país².

Intitulado “Ayahuasca: Risks to Public Health and Safety” [Ayahuasca: riscos para saúde e segurança públicas], o relatório apresentava uma série de informações errôneas, imprecisões, superestimava os riscos e menosprezava o potencial terapêutico da ayahuasca, além de ignorar achados científicos recentes, estudos históricos e antropológicos, bem como as experiências bem-sucedidas de regulamentação da ayahuasca no Brasil e internacionalmente. Parecia-nos evidente que o relatório era uma tentativa flagrante da DEA de gerar desconfiança e disseminar riscos não comprovados de modo a pressionar as autoridades do país para adotar uma postura repressora, especialmente após as duas derrotas na esfera jurídica do governo federal para a UDV e Santo Daime.

Considerando a gravidade do relatório, nós, na posição de pesquisadores e membros do Chacruna Institute, reunimos alguns dos principais especialistas na questão da ayahuasca em diversas frentes – antropologia, psiquiatria, psicologia, neurociência e biologia – para produzir uma crítica exaustiva ao documento. Valendo-se do estado da arte do debate que – diferentemente das primeiras políticas brasileiras, não puderem se apoiar em estudos biomédicos – esse conjunto de pesquisadores elaborou um artigo problematizando o relatório em múltiplos níveis. Além de apontar os erros, o artigo abordou a ausência de estudos sobre os usos indígenas e religiosos da ayahuasca, a experiência pioneira do estado brasileiro ao regulamentar a bebida, até os mais recentes estudos biomédicos sobre a não toxicidade da ayahuasca e seus possíveis potenciais terapêuticos.

Apesar do tom técnico dado pelo viés interdisciplinar do artigo, essa iniciativa marca novamente o importante papel que a antropologia vem assumindo ao longo das últimas décadas em lutar pelo reconhecimento e pelos direitos de povos indígenas e populações tradicionais. Não se trata, contudo, de falar por tais populações. Como presenciamos atualmente com a internacionalização da ayahuasca, líderes indígenas e religiosos estão inseridos – embora não na proporção esperada – nos debates internacionais, nos grandes eventos e conferências que acontecem ao redor do globo, avançando suas próprias agendas e expondo suas preocupações com relação ao panorama atual. Nosso papel nessa conjuntura é trabalhar não como seus porta-vozes, mas parceiros, contribuindo para problematizar os impactos das políticas xenofóbicas e do paradigma proibicionista, cujo alvo são grupos minoritários e marginalizados³.

Apesar de vivermos um momento histórico em que atores do Norte Global cantam louvores a assim chamada renascença psicodélica, jubilantes sobre as promessas dos psicodélicos para as chagas contemporâneas que afligem a humanidade, é necessário lembrar que a luta pela liberdade dos povos indígenas, populações tradicionais, grupos religiosos e de todos que encontraram em tais plantas um modo de vida, corre sérios riscos em diversas partes do globo. O presente trabalho serve também como uma advertência de que, apesar dos avanços científicos e do progressivo reconhecimento de alguns países sobre seu valor histórico e cultural, a legitimidade da ayahuasca, sua liberdade e a daqueles que a consagram estão longe de ser uma realidade.

² Para mais detalhes ver McAllister (2021) e Chacruna (2023).

³ Sobre esse tema, ver Labate et al (2023)

Referências

- ANTUNES, Henrique Fernandes. **O uso da ayahuasca como problema público: um contraponto entre os casos do Brasil e dos Estados Unidos**. Tese (Doutorado) Curso de Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- BECKER, Howard. Becoming a marihuana user. *American Journal of Sociology*, v. 59, n.3, pp. 235-242, 1953.
- BECKER, Howard. **Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance**. New York: Free Press of Glencoe, a division of the Macmillan Company, 1963. *ISBN-10*. 8537801089.
- CASTANEDA, Carlos. **The Teachings of Don Juan: A Yaqui Way of Knowledge**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1968. *ISBN-10*. 0671600419
- CHACRUNA INSTITUTE FOR PSYCHEDELIC PLANT MEDICINES. **FOIA brings to light DEA's Problematic Report: "Ayahuasca: Risks to Public Health and Safety"**, 2023. Disponível em <https://chacruna.net/foia-brings-to-light-deas-problematic-report-ayahuasca-risks-to-public-health-and-safety/>. Acesso em 17 mai. 2024.
- CONSELHO FEDERAL DE ENTORPECENTES (CONFEN). **Relatório Final do Grupo de Trabalho 1987**. Brasília, 1987. Disponível em: <http://www.bialabate.net/wp-content/uploads/2008/08/Relatório-Final-GT-Confen-1987.pdf>. Acesso em 23 nov. 2018
- CONSELHO FEDERAL DE ENTORPECENTES (CONFEN). **Parecer do Dr. Domingos Bernardo de Sá - 02/06/1992**. Brasília, 1992.
- COUTO, Fernando La Rocque. **Santos e Xamãs: Estudos do uso ritualizado da ayahuasca por caboclos da Amazônia, e, em particular, no que concerne sua utilização sócio-terapêutica na doutrina do Santo Daime**. Dissertação (Mestrado) Curso de Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 1989.
- DOBKIN DE RIOS, Marlene. **Visionary vine: Hallucinogenic healing in the Peruvian Amazon**. San Francisco, Chandler, 1972. *ISBN-10*. 0810204568
- HARNER, Michael J (org.). **Hallucinogens and Shamanism**. Oxford University Press, 1973. *ISBN-13*: 978-0195016499
- HARTOGSOHN, Ido. Constructing drug effects: A history of set and setting. *Drug Science, Policy and Law*, v. 3, pp. 1-17 doi:[10.1177/2050324516683325](https://doi.org/10.1177/2050324516683325)
- LABATE, Beatriz Caiuby. **A reinvenção do uso da ayahuasca nos centros urbanos**. Campinas: Mercado de Letras: FAPESP, 2004. *ISBN-* 857591037X
- LABATE, Beatriz Caiuby; ROSE, Isabel Santana de; SANTOS, Rafael Guimarães dos. **Religiões ayahuasqueiras: um balanço bibliográfico**. Campinas: Mercado de Letras/FAPESP, 2008. *ISBN-10*. 8575910884.
- LABATE, Beatriz Caiuby; ASSIS, Glauber Loures de; MAYS, Joseph; CAVNAR, Clancy. **Ten Tips for Standing in Solidarity with Indigenous People and Plant Medicines**. MAPS Bulletin, v. XXXIII, n. 3, 2023. Disponível em: <https://maps.org/news/bulletin/ten-tips-for-standing-in-solidarity-with-indigenous-people-plant-medicines/>. Acesso em 28 mai. 2024.

LEITE, Marcelo. **DEA se orienta por visão míope da ayahuasca.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/virada-psicodelica/2023/03/dea-se-orienta-por-visao-miope-da-ayahuasca.shtml#:~:text=O%20artigo%20ressalta%20que%20a,inclu%C3%ADa%20entre%20as%20terapias%20autorizadas>. Acesso em 20 mai. 2024.

MACRAE, Edward. **Guiado pela Lua: Xamanismo e uso ritual da Ayahuasca no culto do Santo Daime.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1992. *ISBN*-10. 8511070354.

MCALLISTER, Sean. **Ayahuasca FOIA Requests Reveal Increased Ayahuasca Seizures, Lack of Due Process and Government Secrecy,** 2021. Disponível em: <https://chacrana.net/ayahuasca-religious-freedom-information-act-church-of-the-eagle-and-condor/>. Acesso em 19 mai. 2024.

WALLACE, Anthony. Cultural determinants of response to hallucinatory experience. **A.M.A. Archives of General Psychiatry**, n. 1, v.1, pp. 58-69, 1959.

SILVA, Clodomir Monteiro da. **O Palácio Juramidam - Santo Daime:** um ritual de transcendência e despoluição. Dissertação (Mestrado) Curso de Antropologia Cultural. Universidade Federal de Pernambuco, 1983.

VELHO, Gilberto ([1975] 1998). **Nobres e anjos:** um estudo de tóxicos e hierarquias. Rio de Janeiro: Ed. FGV. *ISBN*-10: 8522502390